



COLEÇÃO PROINFANTIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação a Distância
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil



COLEÇÃO PROINFANTIL

MÓDULO 1

UNIDADE 2

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2

Karina Rizek Lopes (Org.)
Roseana Pereira Mendes (Org.)
Vitória Líbia Barreto de Faria (Org.)

Brasília 2005

Ficha Catalográfica – Maria Aparecida Duarte – CRB 6/1047

L788 Livro de estudo / Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.
36p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 2)

1. Educação de crianças. 2. Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. I. Lopes, Karina Rizek. II. Mendes, Roseana Pereira. III. Faria, Vitória Líbia Barreto de.

CDD: 372.2

CDU: 372.4

MÓDULO 1

UNIDADE 2

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2



SUMÁRIO

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS 8

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL..... 9

Seção 1 – História da educação no Brasil: 1549-1870 11

Seção 2 – Um século de movimentos de reforma
da educação no Brasil: 1870-1970 18

Seção 3 – História da educação no Brasil pós 1970:
da Lei nº 5.692/71 à Constituição Federal de 1988 28

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

"Que o ato de estudar, no fundo, é uma atitude em frente ao mundo..."

Paulo Freire¹



¹ FREIRE, Paulo. *Considerações em torno do ato de estudar. In: Ação cultural para a liberdade e outros escritos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 9-13.

ABRINDO NOSSO DIÁLOGO

Prezado(a) professor(a),

Nesta unidade daremos continuidade ao curso no PROINFANTIL. Aqui vamos estudar a História da Educação ou, de forma mais específica, a História das Políticas Educacionais e da Escola. Você vai notar que o interessante, muitas vezes, é que as coisas que nos parecem tão familiares, que achamos que sempre existiram, nem sempre foram da mesma forma. Pois bem, o principal convite desta unidade é justamente este: que você pense e apreenda sobre o processo de constituição da escola como serviço público.

Nossa intenção é trazer informações para que você possa entender que a História da Educação Infantil está intimamente relacionada à História da Educação Escolar como um todo. Apreender os processos de expansão e de organização da Educação Infantil é, também, compreender a própria História da Educação em nosso país, os seus avanços e recuos e as suas conquistas e dificuldades.

Pensar no **processo de constituição da escola** significa, em princípio, conceber que nem sempre ela foi como é hoje; significa atentar para a **historicidade** das instituições, ou seja, para os fatores e sujeitos que fizeram a instituição escolar e as políticas voltadas para a instrução pública serem do jeito que são e não de outro.

A idéia de que o conhecimento histórico permite vislumbrar que as instituições têm uma História, que inclusive já foram diferentes, está presente também na própria escrita deste texto. Você verá que, para escrever este texto, precisamos fazer escolhas. Duas delas gostaríamos de explicitar para você. A primeira escolha é que vamos focar nesta unidade muito mais as políticas educacionais do que, por exemplo, as práticas escolares. Isso faz com que este texto fale mais de movimentos, leis, idéias pedagógicas do que da sala de aula. Essa foi uma escolha que decorreu principalmente do fato de termos algumas páginas para tratar de mais de 500 anos de História. A segunda escolha foi a de não fazer coincidir a divisão temporal da História da Educação com aquela que você provavelmente aprendeu no ensino primário ou fundamental: Colônia, Império e República. Fizemos isso para que você também tomasse consciência de que nem sempre os **tempos da educação** são os mesmos **tempos da política**. Em educação, raramente temos mudanças bruscas, rápidas e as transformações ocorrem muito mais lentamente do que na política.

Finalmente, um outro convite: sabendo que este texto apresenta datas e acontecimentos que você já estudou, mas dos quais pode ter se esquecido, vai ajudar muito se você puder contar com dicionários, livros de História do Brasil e, se possível, com

o recurso de uma linha de tempo da História do Brasil. São vários os *sites* na internet que oferecem esta informação, um deles é o www.bussolaescolar.com.br.

No mais, desejamos a você uma ótima viagem no tempo e um ótimo estudo do processo de constituição da instituição na qual você trabalha e, é claro, faz História!!!!

DEFININDO NOSSO PONTO DE CHEGADA

Objetivos específicos desta unidade:

1. *Relacionar a educação escolar com as características da sociedade brasileira em seus diversos momentos históricos.*
2. *Identificar os movimentos de reforma educacionais no Brasil e suas principais propostas.*
3. *Situar as conquistas recentes da luta pela democratização da escola no Brasil numa perspectiva histórica.*

CONSTRUINDO NOSSA APRENDIZAGEM

Para que possamos atingir estes objetivos e, visando criar condições para uma leitura mais agradável, esta unidade está dividida em três seções:

Seção 1. História da Educação no Brasil: 1549-1870.

Seção 2. Um século de movimentos de reforma da educação no Brasil: 1870-1970.

Seção 3. História da Educação no Brasil pós 1970: da Lei nº 5692/71 à Constituição Federal de 1988.

Em cada uma delas você será convidado(a) a realizar, além da leitura, alguns exercícios importantes para o seu aprendizado. Sendo assim, desejamos uma boa leitura e um bom trabalho!

Seção 1 – História da educação no Brasil: 1549-1870

OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:
- RELACIONAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR COM AS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA EM SEUS DIVERSOS MOMENTOS HISTÓRICOS.



As grandes navegações do final do século XV foram fundamentais para a intensificação do comércio entre as nações e resultaram também na descoberta das Américas. O Brasil, descoberto em 1500, somente começou a ser ocupado definitivamente por Portugal a partir de 1530. Em 1549, com a vinda do primeiro governador-geral, chegaram também os primeiros padres jesuítas, os quais se tornariam nos séculos seguintes os principais responsáveis pela difusão da fé católica e da escola no Brasil.

A Companhia de Jesus foi fundada, em 1534, por Inácio de Loyola, para participar do combate católico à Reforma Protestante empreendida por Lutero. Os padres jesuítas, em acordo com as determinações do papa, acreditavam ser muito importante participar, como evangelizadores e educadores, da colonização das novas terras, garantindo assim a formação de novos fiéis para a religião católica. Tão logo chegaram, os padres da companhia empreenderam ações visando a conversão e catequização das populações indígenas que aqui viviam.

Quadro 1

Desde o final da Idade Média, a Igreja Católica vinha sendo acusada de buscar mais a riqueza e o poder mundanos, do que a salvação das almas. No início do século XVI, mais precisamente em 1516, um monge católico chamado Martinho Lutero insurgiu contra as posições tomadas pela Igreja Católica e fundou uma outra igreja, a Igreja Luterana, dando início ao que chamamos Reformas Religiosas. A reação dos católicos, denominada Contra Reforma, buscou combater os reformadores reafirmando a idéia de que a Igreja Católica era a única igreja de Cristo e, sobretudo, organizando práticas de controle do comportamento dos fiéis, dentre elas o controle dos livros que poderiam ser lidos pelos católicos e a proibição da divulgação de conhecimentos que divergiam dos dogmas da Igreja Romana.

Para o modo europeu de ver os outros povos, a cultura e o modo de vida europeus eram os melhores que existiam na Terra: assim também, os jesuítas quando aqui chegaram consideravam que os povos indígenas, que aqui habitavam, eram muito atrasados e viviam afastados de Deus. A cultura indígena, seu modo de educar as crianças, de cultuar as divindades, de relacionar-se com a natureza e com os outros povos, tudo isso era considerado pelos colonizadores como algo que precisava ser substituído por maneiras e crenças européias.

A **mensagem catequética** jesuítica era, em geral, dirigida a todos, adultos e crianças. No entanto, os jesuítas pensaram inicialmente que uma forma particularmente interessante de educar, de transformar os povos indígenas com os quais

eles tinham contato, era desenvolver uma ação voltada especificamente para as crianças indígenas. Acreditavam que, agindo assim, estariam garantindo, no futuro, adultos cristãos e católicos fiéis ao rei de Portugal e ao papa. Mas pensavam também, desde o início, que se convertessem e educassem as crianças, elas poderiam atuar como um poderoso aliado na educação dos próprios pais.

Para colocar em prática suas propostas, os jesuítas acreditavam que era preciso, inicialmente, afastar as crianças das influências **maléficas** do meio em que viviam e, portanto, da convivência com suas famílias e demais adultos das tribos. Para isso, organizaram casas de catequese e, às vezes, de ensino da leitura e da escrita para receber as crianças e adolescentes.



Quadro 2

Muitos jesuítas escreveram cartas narrando os acontecimentos desta época. Algumas delas foram guardadas e estudadas anos mais tarde por historiadores.

Algumas cartas dos próprios jesuítas nos contam, entretanto, que esse empreendimento nem sempre obteve sucesso. Muitas crianças e adolescentes indígenas passavam meses ou anos em companhia dos padres, mas, de um modo geral, voltavam para a aldeia e para o convívio familiar.

O crescente insucesso da Companhia de Jesus na tentativa de educar os índios, aliado às necessidades impostas pela intensificação do processo de colonização, dentre elas de constituição de um corpo de funcionários públicos e de formação dos filhos das elites que aqui viviam, fez com que os jesuítas paulatinamente se voltassem para a educação escolar das crianças e jovens mais ricos. Aos índios, pobres e negros era dada a catequese oral e, em pouquíssimos casos, ensinavam-se a leitura e a escrita.

Foi assim que, durante quase todo o período de colonização, os jesuítas foram importantes educadores no Brasil e contribuíram, juntamente com outras ordens religiosas, para a constituição de todas as dimensões da vida social. Nesse período, organizaram vários colégios para a educação dos filhos da elite colonial, os quais, por determinação de Portugal, a metrópole, se quisessem realizar estudos universitários, tinham que atravessar o Atlântico e ir para as universidades portuguesas.

ATIVIDADE 1

Diante do que estudamos até aqui, achamos importante responder:

a) Para quem se dirigia a ação educadora da Companhia de Jesus no Brasil?

b) Qual era o interesse dos jesuítas nos povos indígenas?

c) A ação educativa da Companhia de Jesus colaborou com a política colonizadora de Portugal em relação ao Brasil? Por quê?



No século XVIII, os livros e os jornais divulgados pelos iluministas mais e mais afirmavam a necessidade de conhecer o mundo para nele poder viver melhor. Afirmavam eles que o conhecimento da natureza e das sociedades eram as únicas formas de garantir que os homens pudessem ter controle sobre esta mesma natureza e sobre os outros homens. Essa discussão ocorria também em Portugal e se intensificou, como nos demais países, na segunda metade daquele século. Naquele país, então metrópole colonizadora do Brasil, no reinado de D. José I, que subiu ao trono em 1750, coube ao Marquês de Pombal a proposição das mais importantes reformas do Estado e do ensino portugueses visando adequá-los ao espírito iluminista.

Quadro 3

O termo *iluminista* é derivado de *iluminismo*, movimento político e filosófico que se desenvolveu na Europa nos séculos XVII e XVIII e que, dentre outros aspectos, acreditava ser possível retirar o povo das trevas da ignorância por meio da disseminação do conhecimento científico. Para isso, publicavam jornais e livros e defendiam a organização de escolas.

No terreno da instrução, Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e de todos os domínios portugueses, e portanto do Brasil, em 1759. A justificativa foi a de que a Companhia de Jesus não estava contribuindo para fazer de Portugal um reino rico e poderoso. Segundo ele, se eram os jesuítas os principais responsáveis pela educação em todo o reino e se este se encontrava atrasado, a responsabilidade era em boa parte da Companhia de Jesus.

Além de expulsar os jesuítas, as reformas pombalinas lançaram o alicerce daquilo que seria, até meados do século XIX, com o Brasil já independente, a educação escolar no Brasil. Pela primeira vez, foi criada uma rede de escolas de primeiras letras, nas quais seriam ensinados a leitura, a escrita, o cálculo e preceitos morais e religiosos, financiada pelo Estado. Os professores deveriam submeter-se a concursos e passariam a ser reconhecidos como funcionários da coroa portuguesa.

Esta iniciativa resultou na criação de dezenas de escolas de primeiras letras – chamadas escolas régias – no Brasil. Tais escolas funcionavam com um único professor e seguiam o método individual de ensino, no qual o professor ensina a um aluno de cada vez, mesmo que ele tenha vários alunos. Na maioria das vezes, a escola funcionava na casa do próprio professor e era freqüentada sobretudo por meninos.

Esta escola atravessou o século XVIII para o XIX e, no momento da independência do Brasil do domínio português, em 1822, eram as únicas escolas públicas que existiam. Em número muito maior, existiam também escolas semelhantes, só que custeadas



pelas famílias. É importante frisar que, naquele momento – e até o início do século XX –, muitas crianças, sobretudo meninas, aprendiam a ler e escrever em casa, como parte da educação doméstica dispensada pela própria família.

Nos anos em torno da independência do Brasil – um pouco antes e um pouco depois –, intensificou-se no país a preocupação com a educação dos pobres, dos excluídos, dos escravos, daqueles que à época eram chamados **classes inferiores da sociedade**. A própria Constituição outorgada pelo imperador Pedro I, em 1824, determinava que a educação elementar deveria ser gratuita para todos os cidadãos.

Já que os mais ricos sempre encontraram meios de aprender as primeiras letras e a prosseguir em seus estudos, os defensores da necessidade de que a educação fosse derramada sobre a população pobre pensavam que esta era a única maneira de fazer do Brasil um império civilizado e poderoso. A educação escolar era vista como um poderoso meio de fazer com que os mais pobres aceitassem a ordem social vigente, baseada na escravidão e no afastamento da maioria da população das decisões políticas, e de evitar que se revoltassem por causa das duras condições em que viviam.

Faz parte deste movimento de defesa da escolarização a primeira Lei Imperial sobre escolas no Brasil. Esta lei, de 1827, mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas do Império e onde mais elas se fizessem necessárias. Esta lei determinava também que os professores não mais deveriam seguir o método individual e deveriam adotar o método **lancasteriano** ou **mútuo**. Neste método, organizado por um professor inglês chamado Joseph Lancaster (daí o nome **lancasteriano**), os professores utilizavam os alunos mais adiantados para ensinar os que estavam iniciando, de tal forma que mutuamente uns ensinavam aos outros. Assim, poder-se-ia ensinar a muitos ao mesmo tempo. Isso possibilitaria economia de dinheiro, pois seria necessário número menor de professores para ensinar a dezenas de milhares de alunos, e abreviaria o tempo de permanência dos alunos na escola, uma vez que poderiam sempre contar com alguém – o monitor – para lhes ensinar.

Mas a importância desta lei reside também no fato de ter reafirmado a educação como uma **obrigação do Estado** e de ser, durante mais de 100 anos, a única legislação que trazia **diretrizes educacionais** para todo o Brasil.

Nos anos seguintes à sua publicação, os debates sobre a importância da educação continuaram. As décadas de 1830 e 1840 são marcadas por dois fatos importantes. Por um lado, havia uma crescente desconfiança sobre as virtudes do método mútuo. Mais e mais pessoas viam que ele, na prática, não funcionava tão bem como seus defensores prometiam: faltavam os materiais necessários, os locais eram muito pequenos, os alunos não colaboravam, dentre outras razões. Por outro lado, a partir de 1835, muitas províncias do Império resolveram tornar a

instrução pública, além de gratuita, obrigatória. Mas não se tratava ainda de uma obrigatoriedade para todos e para todas: dela estavam excluídas as meninas, os escravos e todos aqueles que morassem a mais de um quilômetro da escola.

Quadro 4

Durante o período imperial, o Brasil era dividido em províncias, as quais eram dirigidas por um presidente de província. Com a proclamação da república, as províncias foram transformadas em estados, os quais passaram a ser governados por um presidente de Estado e, posteriormente, por um governador.

Ao lado da obrigatoriedade, as províncias começaram também a organizar seus sistemas escolares provinciais. Nisso elas contavam com grande autonomia, podendo organizar esses sistemas como quisessem e pudessem. Isso fez com que, até meados do século XX, em cada província/estado houvesse um sistema diferente de instrução pública primária. Mas, enfim, convém notar que data deste período o estabelecimento de regras para abrir e fechar escolas, contratar professores e fiscalizar a instrução pública.

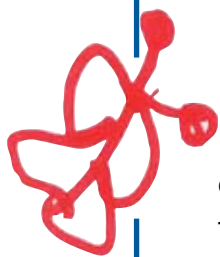
ATIVIDADE 2

Professor(a), considerando o que vimos até aqui, quais foram os principais aspectos, relacionados à educação, da primeira Lei Imperial, promulgada em 1827?



Como se vê, a questão da instrução vai se tornando discussão corrente e de responsabilidade pública. Passo a passo, a educação escolar vai assumindo uma autonomia em relação às famílias e tornando-se obrigação estatal e serviço especializado. Foi também nesse momento, década de 1830, que pela primeira vez no Brasil organizaram-se cursos para formação de professores: foi o momento de fundação das primeiras **Escolas Normais** no país.

Se a educação escolar era algo complexo, deveria ficar sob responsabilidade de pessoas especialmente formadas para isso. Estava dado mais um importante passo para a constituição do magistério como uma profissão: ao lado



da contratação dos professores pelo Estado, surgia, agora, a necessidade de formação específica para a realização do trabalho.

Quadro 5 – Educadores brasileiros em destaque

No período que acabamos de estudar, muitos são os professores, intelectuais e políticos que merecem destaque. Dentre eles, podemos citar: José de Anchieta, Antônio Vieira, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José J. da C. Azeredo Coutinho, Luiz P. do Couto Ferraz, Nísia Floresta Brasileira Augusta. Uma pequena biografia de cada um destes educadores, bem como de outros brasileiros citados neste texto pode ser encontrada no Dicionário de Educadores Brasileiros, citado na bibliografia.

Seção 2 – Um século de movimentos de reforma da educação no Brasil: 1870-1970

OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:
- IDENTIFICAR OS MOVIMENTOS DE REFORMA EDUCACIONAIS NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS PROPOSTAS.

Como vimos, a partir do final dos anos 20 do século XIX, assistimos no Brasil a uma intensificação dos debates e das ações relativas à educação escolar. Tais debates acabaram por colocar na ordem do dia a necessidade de se organizar melhor a escola, formar e remunerar melhor os professores e tornar obrigatória a matrícula e freqüência à escola. Nos anos 1870, esta discussão foi reforçada por três fatores: a **propaganda republicana**, a **defesa da abolição da escravidão** e as **pesquisas sobre a infância**.

No que se refere à propaganda republicana, muitos intelectuais descrentes de que sob o Império pudesse vigorar uma efetiva democracia no Brasil, defendiam um regime republicano nos moldes dos regimes de outros países, como a França e os Estados Unidos. Apregoavam que a República era o regime democrático por excelência, no qual o poder emanava do povo – pelo voto – e era exercido em nome do povo.

A república seria o regime em que o povo participaria de todas as decisões e, se o povo seria convidado a escolher seus representantes, era preciso que ele o fizesse de forma consciente. Por isso, tornava-se necessário que o povo fosse educado. Derivava desta posição, segundo os republicanos, a necessidade de se criar e manter escolas para todas as crianças em idade escolar.

Ao lado da propaganda republicana, mais e mais vozes se levantaram contra a

escravidão e a favor da abolição. Em 1871, a chamada Lei do Ventre Livre determinava que todos os filhos de escravos nascidos dali em diante seriam livres. A defesa da abolição, no entanto, colocava de imediato a questão: como incorporar este contingente de pessoas à vida social e política do país? Como capacitá-los, por exemplo, para exercer os direitos que lhes eram conferidos enquanto cidadãos?

Havia, portanto, uma certa unanimidade entre os defensores da abolição: todos concordavam que esta deveria se fazer acompanhar por políticas de instrução que possibilitassem aos ex-escravos e aos seus filhos a matrícula e a frequência à escola. Isto significava, dentre outras coisas, a defesa enfática da necessidade de ampliação do número de escolas.

Este momento foi marcado, ainda, por um outro fator importante no terreno da educação e ao qual estão relacionadas mudanças profundas no modo de pensar e de organizar a escola: a mudança de concepção sobre o lugar da criança na escola. Já havia alguns anos que muitos educadores vinham se perguntando por que as crianças tinham tanta dificuldade de aprender na escola.

Em torno da década de 1870 no Brasil, e em boa parte do mundo, muitos professores e intelectuais interessados no assunto passaram a defender a idéia de que as dificuldades que as crianças tinham em aprender eram derivadas do fato de que o professor, e não a criança, era o centro da escola. Segundo eles, a aprendizagem era uma atividade do aluno e, portanto, este deveria ocupar um lugar central na escola.

O grande desafio do professor, neste caso, seria conseguir adequar o ensino ao movimento de aprendizagem da criança. Para que isto ocorresse, era preciso, em primeiro lugar, que o professor entendesse como a criança aprende, pois somente assim ele seria capaz de adequar o ensino às características de seus alunos. Em segundo lugar, seria importante que o professor dominasse um método que permitisse organizar o ensino e a sala de aula de forma a favorecer o aprendizado de todos.

No que se refere a estes dois fatores indicados no parágrafo anterior (a aprendizagem da criança e o método), passou a ser comum a defesa do chamado **método intuitivo**. Este método baseava-se na idéia de que a criança aprende através de suas atividades, por meio de seus sentidos, ressaltando-se dentre eles a visão – palavra que etimologicamente é sinônima de **intuição**. Se as crianças aprendem através de suas atividades, se seus sentidos são muito importantes na aprendizagem, é preciso que o método de ensino leve isto em conta. É isto o que propõe o **método intuitivo**. Ele se propõe a organizar o ensino, as atividades didáticas, os materiais, de tal forma que os alunos, dirigidos pelos professores, possam experimentar/experienciar as coisas e conhecer a partir do ambiente que os cercam.

Quadro 6

Foi com base nas idéias do método intuitivo que os primeiros jardins de infância foram organizados. O próprio nome – *jardim* – já indica um dos fundamentos da pedagogia adotada: era preciso cultivar, desde cedo, a criatividade e a aprendizagem da criança por meio de atividades adequadas às características físicas e psicológicas desta idade.

O método intuitivo foi, portanto, uma primeira tentativa importante de colocar a criança no centro da atividade pedagógica. A partir dele – até os dias atuais – os(as) professores(as) passaram a considerar as necessidades e os processos de aprendizagem das crianças com as quais trabalham.



ATIVIDADE 3

Professor(a), vamos parar um pouco para refletir?

- a) *Vimos que as preocupações com a aprendizagem dos alunos ajudaram a transformar a escola. Você concorda com essa afirmação? Quais foram essas transformações?*

b) A partir dos anos 20 do século XIX, foram intensificados os debates e as ações relativas à educação escolar. Desde então, muitos foram os movimentos que buscavam ampliação e melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Pensando na sua realidade, como é a oferta de escolas em seu município? Há escolas para todos? Qual tem sido a prioridade da prefeitura no que diz respeito à educação? Existe alguma política específica para o atendimento à criança de 0 a 6 anos?

O método intuitivo foi apenas uma das iniciativas defendidas de forma a adequar a escola ao aluno. Os médicos, por exemplo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, defendiam que as escolas não podiam mais funcionar sem cadeiras, com as crianças sentadas no chão ou em cima de caixotes sem encosto e em ambientes insalubres, sem luz e ventilação. Diziam que tais condições estão contribuindo para a formação de gerações e gerações de pessoas doentes e pouco aptas a colaborar com o engrandecimento do país.

Todas estas preocupações convergiam para a defesa da construção de prédios próprios para as escolas, pois, conforme já dissemos, a maioria das escolas funcionava na própria casa dos professores. Além de razões higienistas e pedagógicas, muitos defendiam a construção de prédios escolares como uma forma de aumentar o número de crianças escolarizadas, uma vez que estes poderiam vir a abrigar muito mais alunos, inclusive pela intensificação de seu uso em vários turnos.

Imbuídos deste propósito, uma vez conquistada a abolição da escravatura (1888) e proclamada a república (1889), muitos republicanos continuaram defendendo a escola como a forma mais adequada de incorporar o povo pobre à nação brasileira. Compartilhando do mesmo espírito, outros lembravam ainda a necessidade crescente de formação de trabalhadores para a agricultura e para florescente indústria nacional, formação esta que deveria garantir, acima de tudo, o respeito da maioria pobre pela propriedade de alguns poucos e pela estrutura social vigente.

Poucos eram aqueles, mais uma vez, que acreditavam na escola como formadora do cidadão-trabalhador consciente e disposto a construir um país diferente. A ordem e o progresso, símbolo republicano e positivista inscrito em nossa bandeira, eram buscados a todo custo pelas elites nacionais, as quais vislumbravam na escola um dos espaços fundamentais de sua garantia.



Assim é que, a partir do início da década de 1890, em vários estados brasileiros, as elites republicanas iniciaram uma série de reformas que buscavam adequar os sistemas de educação às diretrizes políticas e pedagógicas que vinham sendo cultivadas há muitos anos. Entenderam que era necessário construir prédios próprios para a escola, intensificar as ações de formação e fiscalização dos professores, modificar os programas de ensino e desenvolver as ações pedagógicas de acordo com novos métodos.

Num momento de grande *entusiasmo pela educação*, quando se acreditou que a escola seria uma das principais responsáveis por reformar o Brasil, uma intensa campanha pela expansão da escola foi desenvolvida em vários estados e dela participaram intelectuais, trabalhadores, sindicatos, professores e políticos em geral.

A criação dos grupos escolares, primeiro em São Paulo, a partir de 1892, e depois em vários estados brasileiros, ocorreu neste momento. Através dos grupos, muitos deles suntuosamente instalados, os republicanos queriam mostrar ao povo a importância que dedicavam à educação. Ao mesmo tempo estas construções possibilitavam colocar em prática os preceitos pedagógicos que vinham sendo defendidos como os melhores para a educação escolar, dentre eles o método intuitivo, o ensino simultâneo e a seriação do ensino.

Como vimos, as escolas que funcionavam nas casas dos professores e outros espaços, e que, no final do século XIX e início do XX, passaram a ser chamadas de escolas isoladas, eram tidas como locais muito pouco adequados à instrução. Nelas os agrupamentos dos alunos eram feitos pelos professores, de acordo com sua sensibilidade, observação, conhecimentos, em suma, de acordo com sua competência para o ensino nesta situação. Não existiam as séries e tampouco existia a avaliação de final de ano, sendo os alunos transferidos de uma classe para outra dependendo de sua aprendizagem, observados pelo professor. Essa transferência também poderia ocorrer a qualquer época do ano.

Assim, no final do século XIX e no início do século XX, como vimos, foram construídos os primeiros grupos escolares. Tal instituição era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas, principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos políticos e culturais das elites nacionais. Nos grupos escolares tornou-se possível dividir as crianças em séries “homogêneas”, colocar cada série numa sala separada e, para controlar os professores, instituir o cargo de diretor escolar.

Para dar conta de todas essas mudanças, o esforço reformador voltou-se também para a formação do magistério. Já nesta época – início do século XX – era uma ocupação majoritariamente feminina.

As escolas normais foram transformadas, instituindo-se as classes ou escolas ou grupos escolares anexos às escolas normais, locais onde os futuros professores iriam aprender, vendo e fazendo, a prática do ofício do magistério. Em alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, entre o final do século XIX e início do XX, foram organizados também jardins de infância anexos ou não às escolas normais, os quais serviam também para a prática dos professores e para a antecipação e/ou preparação da escolarização futura das crianças das classes mais abastadas.

Também os programas escolares foram revistos: buscou-se organizá-los de forma seriada, dando lugar aos conhecimentos científicos e, algumas vezes, a disciplinas técnicas voltadas para a formação profissional. Além disso, os reformadores republicanos, em cumprimento à determinação da Constituição de separação entre o Estado e a Igreja, retiraram dos programas escolares os conteúdos relacionados à crença e às práticas católicas.

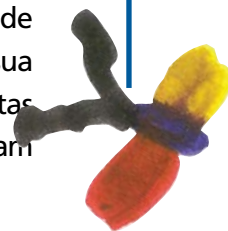
Em muitos estados brasileiros, os grupos escolares significaram uma efetiva ação de expansão da escolarização pública, principalmente nas grandes cidades. O fato de poderem ser utilizados em dois ou três turnos criou condições para que um mesmo grupo pudesse ser freqüentado diariamente por mais de mil crianças.

No entanto, apesar das iniciativas e dos discursos, a imensa maioria das crianças dos meios populares, sobretudo os ex-escravos e seus filhos, ficaram ainda por décadas alijadas do direito de freqüentar a escola. Em que pesem os esforços republicanos em favor da expansão da instrução pública, já nas primeiras décadas do século XX o diagnóstico da situação da escolarização das crianças brasileiras era das piores do mundo. Em Minas Gerais, um dos principais estados da federação, apenas 10% das crianças em idade escolar estava freqüentando a escola em 1910!

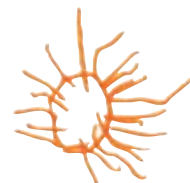
O diagnóstico realizado pelos intelectuais, professores e políticos envolvidos com a causa da educação, levou em consideração também o desenvolvimento no Brasil de cada vez mais expressivos movimentos operários, os quais também reivindicavam sua participação nos progressos alcançados pela República. Tais movimentos em muitas partes do Brasil, além de lutar por escolas públicas para os filhos dos operários, criaram escolas diurnas e noturnas para a educação de adultos e crianças pobres.

Nesse momento, as elites dirigentes nacionais se preocupavam com esses movimentos operários organizados, pois acreditavam que eles poderiam vir a contestar a ordem e as estruturas sociais e políticas existentes no país. Por isso, muitas vezes, defendiam a escolarização como uma estratégia de formação de um povo ordeiro e trabalhador.

Professor(a), até aqui pudemos ver como a história da educação no Brasil é dinâmica e como diferentes aspectos estão relacionados. Vimos o papel que os



higienistas desempenharam na construção de prédios exclusivamente destinados à educação, vimos as preocupações que envolveram o Curso Normal, a luta dos operários pela escola pública, entre tantos outros fatores que constituem a história da qual fazemos parte. O século XX trouxe grandes contribuições para a educação. Vamos conhecê-las melhor?



Num movimento cada vez mais forte ao longo das décadas de 20 e 30, intelectuais de todo o Brasil defenderam que a **reforma social**, tão necessária à sociedade brasileira, deveria começar pela **reforma da educação**. Tais intelectuais não chegaram a afirmar que a educação resolveria todos os problemas sociais. Acreditavam na educação escolar como força propulsora de mudanças políticas, sociais e econômicas profundas.

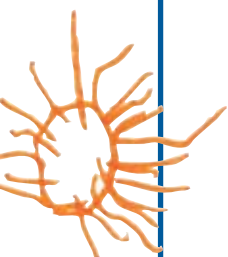
Alguns desses intelectuais acreditavam que o problema do Brasil residia em boa parte na forma como as elites políticas do país eram escolhidas. Insistiam que era preciso educar o povo para que este soubesse votar certo e, assim, escolher melhor os seus representantes. Consideravam que a alfabetização era uma arma política das mais poderosas de que o povo dispunha. No entanto, esta alfabetização lhe era negada pela República, que não lhe oferecia escolas.

Outros interessados nesse tema ainda pensavam que o povo brasileiro não estava preparado para viver numa sociedade que se urbanizava e se modernizava rapidamente sob o regime da industrialização, sobretudo no centro-sul do país, e que a escola era necessária para dotar este povo de uma mentalidade moderna e torná-lo disposto a participar da construção de uma sociedade democrática no Brasil.



Estes intelectuais, oriundos das diversas regiões do país e de diversas profissões (professores, médicos, advogados, engenheiros, dentre outros) organizaram e participaram ativamente no Brasil de um movimento de abrangência internacional denominado **movimento escolanovista** (também conhecido como Escola Nova), que, dentre outros aspectos, defendia a necessidade de reformar a escola, a profissionalização dos professores, a centralidade do aluno na comunidade escolar e a importância de se democratizar efetivamente a escola.

Indo mais além, alguns defendiam que a escola deveria funcionar como uma espécie de **mini-sociedade**, na qual os alunos aprenderiam, pela participação direta e contínua, quais seriam os valores cívicos e morais e quais as normas e procedimentos deveriam reger uma sociedade democrática. Defendiam também que a escola primária brasileira deveria ser igual para todos, que a existência de vários sistemas educacionais estaduais acabava por dificultar a integração nacional e uma formação comum de todos os brasileiros e, finalmente, que meninos e meninas deveriam freqüentar a mesma sala de aula – o que é chamado na História da Educação de co-educação.



Ainda nos anos 20, foram realizadas reformas dos sistemas de ensino em vários estados brasileiros, as quais buscavam adequar a escola a esse ideário. No entanto, apesar de alguns êxitos, a década de 30 revelou que as propostas nem sempre contavam com o apoio de expressivo contingente da população e do professorado. Muitos segmentos, como os que representavam as escolas particulares e a igreja católica, concordavam com alguns destes princípios, mas discordavam frontalmente de outros, como a co-educação e o fortalecimento da presença do Estado no sistema educacional do país.

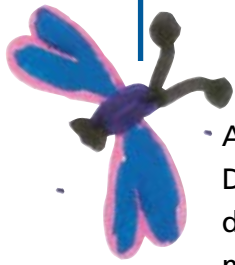
ATIVIDADE 4

*Professor(a), com o que estudamos, pudemos ver um pouco da História da Educação do início do século XX e o papel dos intelectuais na sua organização. Falamos sobre um dos mais importantes movimentos da nossa história, o **escolanovista**. Os participantes do **movimento escolanovista** defendiam que uma forma importante de mudar a escola era através de uma maior profissionalização dos professores. De acordo com sua experiência e com os textos que tem lido, você concorda com eles? Escreva a sua opinião e leve para a discussão com o seu grupo no encontro quinzenal.*

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas, que já exercia o poder desde 1930, passou a governar o país com poderes ditatoriais. Foi um momento de exaltação do nacionalismo, de culto personalista ao próprio ditador e de combate violento a todas as pessoas e movimentos que buscavam contestar o regime. Os anos que se seguiram ao golpe de 1937 foram marcados pela Segunda Guerra Mundial, e o governo de Vargas viu-se reforçado porque suas políticas autoritárias podiam ser justificados como parte dos **esforços de guerra**.

Neste momento foram abafadas todas aquelas propostas de democratização da escola e de participação dos alunos nos destinos da mesma como elementos fundamentais do processo de formação dos novos cidadãos. Em seu lugar, o governo quis implantar uma escola que tivesse como norma a exaltação do chamado espírito nacional, identificado muitas vezes com as forças armadas e com a própria figura do ditador.

O fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, em 1945, criaram condições para o reaparecimento dos movimentos de questionamento dos rumos que a educação havia tomado nos anos anteriores e, sobretudo, de defesa da expansão da escola primária e secundária para toda a população. Partindo da constatação de que a escola brasileira era excludente e elitista, novamente professores e vários outros intelectuais reafirmavam a importância de se organizar um **sistema nacional de educação**.



A Constituição, promulgada em 1946, determinava a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um projeto desta lei começou a ser discutido em 1948 na Câmara de Deputados, mas somente em 1961, depois de muitas vezes engavetado e reformulado, é que foi aprovado. Foi a primeira vez que nosso país produziu uma Lei Nacional da Educação abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, nomeada Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

Nos debates travados na época, os defensores da escola pública (professores, intelectuais etc.) afirmavam que o que estava em jogo era a formação no Brasil de um sistema público que atendesse ao conjunto mais pobre da população brasileira. Contrariando estes interesses, aquela lei foi aprovada e sancionada como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi uma clara vitória dos setores que defendiam os interesses privados na educação brasileira. Ela garantia a gratuidade apenas do ensino primário, mas não a obrigatoriedade e, muito menos, a organização de um sistema de ensino mais democrático e de qualidade para todos.

Cabe frisar, no entanto, que os anos 50 foram marcados não apenas pelas discussões acerca da LDB. Ao lado das intensas campanhas em defesa da escola pública, desenvolveram-se também campanhas e projetos de alfabetização de adultos, todos eles tendo como elementos-chave a necessidade de educar o povo para a participação na vida política e social brasileira.

Marcantes no período foram as Campanhas Nacionais de Alfabetização. Essas campanhas mobilizaram em todo o Brasil um contingente expressivo de pessoas, professores e alunos, animados pela possibilidade do aprendizado da leitura, da escrita, do cálculo e demais conhecimentos escolares básicos. Foi também no final dos anos 50 que Paulo Freire, aquele que viria se tornar o mais famoso educador brasileiro, iniciou, em 1958, seu projeto de alfabetização de adultos. Tal projeto, reformulado e ampliado nos anos seguintes, daria repercussão nacional e internacional ao chamado **método Paulo Freire** de alfabetização de adultos.



Os anos 60 foram marcados por grandes mobilizações e discussões no âmbito da educação e da cultura. No Brasil, vivia-se um momento de intensas mobilizações em defesa da educação pública e gratuita, da reforma agrária e de uma maior participação da população nos destinos do país. Tudo isto, levado a cabo num país que se encontrava em franco processo de urbanização e industrialização, processos que agravaram a já precária situação das grandes cidades brasileiras e acentuavam as contradições do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Se a perspectiva de uma participação política dos alfabetizados animava setores os mais diversos em direção à organização de campanhas e cursos de edu-

cação e alfabetização de adultos, a escolarização das crianças e adolescentes não deixava de preocupar os mesmos setores e uma gama de outros setores e movimentos sociais. A idéia da educação como um direito de todos e como um componente básico da cidadania e, ainda, a necessidade de uma melhor preparação técnica e profissional para enfrentar o competitivo mercado de trabalho urbano-industrial mobilizavam milhares de professores e de famílias na luta pela construção de novas escolas.

Apesar das resistências colocadas pelos diversos governos estaduais, a partir dos anos 50, mais e mais as camadas populares **logravam** êxito em suas lutas por mais escolas para seus filhos. Assim, a partir das lutas e das iniciativas dos setores populares – que muitas vezes cediam ou construía espaços para o funcionamento das escolas e contribuía com o mobiliário – milhares e milhares de crianças pobres chegaram às escolas públicas em todos os estados brasileiros.

As vozes em defesa da escola pública e da ampliação das oportunidades educacionais, bem como as lutas pela terra e a mobilização política de amplos setores sociais foram, porém, bruscamente golpeadas pelo Golpe Militar de 1964. Os militares, apoiados por amplos setores das classes médias e pelo empresariado brasileiro, assumiram o comando político da nação e, num quadro de arbítrio e autoritarismo, foram combatendo e esfacelando toda e qualquer participação democrática organizada.

Após o golpe militar, no terreno da educação, buscou-se desenvolver uma política educativa que tinha como meta produzir os **recursos humanos** necessários ao desenvolvimento econômico. Também a influência norte-americana na educação brasileira, que já vinha sendo sentida sobretudo a partir dos anos finais da década de 50, aumentou consideravelmente nos anos finais da década de 60.

Assim, o Estado brasileiro combatia a luta organizada pela ampliação das oportunidades educacionais no Brasil. Mas, por outro lado, buscava realizar reformas da educação que atendessem ao interesse dos grupos empresariais. Nesse sentido, importantes movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base/MEB e outros, que se ocupavam da alfabetização de adultos em várias partes do Brasil, foram proibidos de atuar ou tiveram que mudar suas diretrizes de ação para se adequarem à autoritária política dos governos militares.

Além do combate aos movimentos organizados, o governo militar e seus aliados faziam propostas. Em lugar das campanhas e ações que buscavam não apenas mobilizar a população para ser alfabetizada, mas também para participar da vida política nacional, o governo instituiu campanhas como as desenvolvidas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL –, que buscavam despolitizar o ato de alfabetizar e, ao mesmo tempo, conquistar o apoio da população à política militar.

ATIVIDADE 5

Professor(a), com base em tudo o que discutimos até aqui, responda às questões abaixo:

a) *Em 1961, foi promulgada a primeira Lei Nacional da Educação. Que interesses estavam em jogo?*

b) *Como foi utilizada a escola durante a Ditadura Militar?*

Quadro 7 – Educadores brasileiros em destaque

No período que acabamos de estudar, muitos professores, intelectuais e políticos merecem destaque. Dentre eles, podemos citar: Anísio Teixeira, Rui Barbosa, Anna Amélia Q. Carneiro de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Fernando Azevedo, Cecília Meireles, Manoel B. Lourenço Filho, Mário Casassanta, Francisco L. da Silva Campos, João Köpke, Firmino da Costa Pereira, Joaquim José de Menezes Vieira.

Seção 3 – História da educação no Brasil pós 1970: da Lei nº 5.692/71 à Constituição Federal de 1988

OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:
- SITUAR AS CONQUISTAS RECENTES DA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA NO BRASIL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.

Os anos 70 herdaram do período anterior um efetivo movimento de expansão da escola pública e, ao mesmo tempo, o questionamento dos rumos que a educação brasileira estava tomando. Para os defensores do regime militar, instaurado em 1964, a escola deveria contribuir para a manutenção da ordem social e para a preparação de braços para a indústria. Para isto, foi realizada uma reforma

da educação primária e secundária, através da Lei nº 5692, de 20 de agosto de 1971, a qual objetivava, dentre outros aspectos, incrementar a formação cívica das crianças e preparar os jovens para o mercado de trabalho.

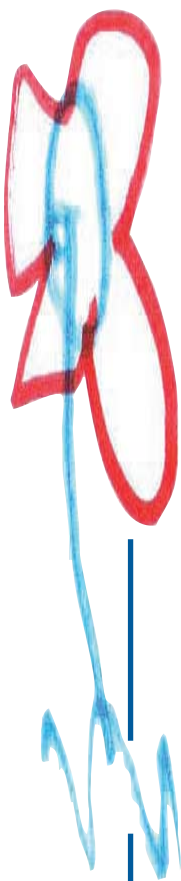
Para atender a estes objetivos, a legislação ampliou a presença das disciplinas de formação moral e cívica em todos os níveis de ensino e tornou obrigatória a profissionalização no Ensino Médio. Esperava-se que os jovens, sobretudo os mais pobres, uma vez tendo sido “profissionalizados” no Ensino Médio, deixassem de buscar o ensino superior e parassem de pressionar o governo pela expansão de vagas nas universidades.

Os anos que se seguiram à reforma de 1971 mostraram o quanto seus defensores estavam errados: nem a profissionalização obrigatória funcionou, nem os jovens saídos do Ensino Médio deixaram de buscar a universidade. No entanto, convém lembrar que, enquanto o governo buscava reformar a escola brasileira, continuava a repressão aos movimentos sociais, que, desde o final da década de 50, como vimos na sessão anterior, propunham uma educação que propiciasse uma formação comprometida com a democracia e a elevação da qualidade de vida das populações pobres do Brasil.

Apesar da censura à imprensa, das perseguições políticas, da tortura, os movimentos sociais começaram seu processo de reorganização. Voltaram a se estruturar nos bairros, nas fábricas e nas universidades, reivindicando liberdades democráticas: o fim do regime militar, a anistia aos presos e exilados políticos, as eleições livres e diretas, enfim, a volta da democracia. Foram muitos destes movimentos sociais também que, no decorrer dos anos 70 e 80, lutaram e conseguiram não apenas a expansão do número de vagas nas escolas públicas, sobretudo por meio da construção de novas unidades escolares, mas também a explicitação de mecanismos que visassem garantir a **gestão democrática** das instituições escolares no Brasil. Foi nesse período também que se deu a emergência dos movimentos de luta por creches nas periferias das grandes cidades brasileiras, levantando a bandeira: “*creche não é favor, é direito das crianças e dos pais*”.

No final dos anos 70 e início dos anos 80 no Brasil, além de mais escolas e mais vagas para crianças das camadas populares, lutava-se também pela qualidade da educação, pela dignidade da profissão docente e pela efetiva democratização da educação. A palavra de ordem era, naquele momento, a **cidadania** entendida como um direito, um dever, uma prática e um valor que deveriam ser ensinados e cultivados na escola.

Mas não bastava conquistar a escola para todos. Era preciso que essa fosse uma escola de qualidade. Nesta perspectiva acreditava-se, como ainda hoje se acredita, que a escola não constrói, ela sozinha, uma sociedade democrática. No entanto,



é difícil construir uma sociedade democrática e igualitária com uma escola autoritária, que cultive a desigualdade. Nestes termos, mais uma vez, entendia-se que a reforma da sociedade passava, também, pela reforma da escola e vice-versa.

Reformar a escola significava nos anos 80, mais uma vez, construir uma escola mais participativa; que não discriminasse os negros, as mulheres e os pobres; que ensinasse conhecimentos e práticas sociais de interesse da maioria da população; que valorizasse os(as) professores(as) e os demais profissionais da educação, dentre muitos outros temas.

Pode-se dizer, enfim, que os anos 80 no Brasil resgataram de toda a história aquelas idéias e práticas que buscavam fazer da escola uma instituição em sintonia com os interesses da maioria da população. Foi este o espírito que animou os movimentos dos(das) professores(as) e os demais movimentos sociais a atuarem decisivamente na elaboração de uma nova Constituição para o Brasil em 1988. Nela, como sabemos (e vocês terão oportunidade de estudar em outros módulos do curso), a educação foi inscrita como um direito social e subjetivo dos mais importantes, que compete ao Estado, à família e à sociedade garantir. Os legisladores também incluíram o direito à educação da criança de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas. Também os movimentos em favor lutaram muito para que isso fizesse parte da Constituição Federal.

Depois dessa Constituição, foi a vez de fazer uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi aprovada só em 1996. Nesses últimos anos do século XX, como vocês agora já podem saber ou relembrar, quase todas as crianças de 7 anos estão na escola fundamental. No entanto, precisamos melhorar muito a qualidade dessa escola, valorizar as crianças, suas famílias e seus(suas) professores(as). Ainda faltam muitas creches e pré-escolas. E apesar de ter aumentado o número de escolas, muitos jovens ainda não encontram vagas no Ensino Médio. No Ensino Superior, há um grande debate para aumentar as vagas nas universidades públicas e diminuir os cursos privados, que são caros e nem sempre de boa qualidade.

ATIVIDADE 6

Ao longo do texto, mostramos que, em vários momentos de nossa história, defendeu-se que a escola deveria atender aos interesses da maioria da população. Com a sua grandeza geográfica, o Brasil é um país onde existem diferentes realidades. No seu município, a escola atende aos interesses da maioria da população? Escreva a sua opinião sobre esse tema e discuta-o no seu encontro quinzenal. Essa será mais uma oportunidade para compartilhar um pouco de sua realidade com o grupo, contribuindo para o crescimento de todos.

Quadro 8 – Educadores brasileiros em destaque

No período que acabamos de estudar, muitos são os professores, intelectuais e políticos que merecem destaque. Dentre eles, podemos citar: Florestan Fernandes, Aparecida Jouly Gouveia, Luiz Pereira, Ana Maria Poppovic, Casemiro dos Reis Filho, Laerte Ramos de Carvalho.

PARA RELEMBRAR

Dentre os aspectos mais importantes do texto e que merecem ser destacados, apresentamos:

- Que a educação e a escola são fenômenos histórico-sociais, ou seja, que variam e assumem características próprias em cada sociedade e em cada época. No entanto, é preciso lembrar também que a organização escolar em cada momento histórico guarda profundas relações com o seu passado.
- Que a educação escolar no Brasil, como em todo o mundo, sempre foi alvo de atenção e objeto de debate, pois sempre se acreditou que ela tinha grande importância na manutenção ou na transformação da ordem social.
- Que a escola brasileira precisa ser estudada considerando-se as relações que a mesma mantém com outras instituições e dimensões da ordem social (economia, política, cultura etc.), pois escola é produtora e produto desta mesma ordem.
- Que devemos procurar compreender os limites, os recuos e os avanços de políticas para a educação da criança de 0 a 6 anos também em relação à história das políticas educacionais para a expansão da escola pública de Ensino Fundamental no país.
- Que, no Brasil, o acesso e a permanência dos mais pobres à escola (aí se incluindo a creche e a pré-escola) sempre foram dificultados por uma ordem social excludente – basta lembrar os mais de 300 anos de escravidão – e que este continua sendo, até hoje, o grande limite a ser superado.
- Que, finalmente, construir uma escola democrática e de qualidade continua sendo o grande desafio daqueles que acreditam e lutam pela escola pública gratuita, obrigatória, laica e de qualidade para todos.

ABRINDO NOSSOS HORIZONTES

A tabela seguinte é aqui apresentada para que você possa ter uma idéia mais objetiva da evolução da taxa de analfabetismo e do número de pessoas analfabetas no Brasil a partir de 1870.

Tabela 1			
Evolução do número de analfabetos e da taxa de analfabetismo entre a população de 5 a 9, 10 a 14 ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000.			
Ano do Censo	População		
	Total	Não alfabetizada	
		Nº	%
a) População de 5 anos e mais			
1872	8.854.774	7.290.293	82,3
1890	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2
1950	43.573.517	24.907.696	57,2
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
1970	79.327.231	30.718.597	38,7
1980	102.579.006	32.731.347	31,9
1991	130.283.402	31.580.488	24,2
2000	153.423.442	25.665.393	16,7
b) População de 10 anos ou mais			
1940	29.037.849	16.452.832	56,7
1950	36.557.990	18.812.419	51,5
1960	48.839.558	19.378.801	39,7
1970	65.867.723	21.638.913	32,9
1980	87.805.265	22.393.295	25,5
1991	112.860.254	17.552.762	12,8
2000	136.881.115	17.552.762	12,8
c) População de 15 anos ou mais			
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.709.769	13.242.172	55,9
1950	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	73.542.003	18.716.847	25,5
1991	95.810.615	18.587.446	19,4
2000	119.533.048	16.294.889	13,6

Fontes: Para 1872, 1890 e 1920, ver: Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil 1920*, v. IV, 4ª parte – População, e IBGE, *Censo 1940*, os quais reproduzem os dados dos censos anteriores. Para os demais censos, ver: IBGE, *Censo demográfico, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*. O Censo de 1900 não foi considerado em razão das distorções sobre o analfabetismo resultantes do sub-recenseamento de extensas áreas rurais em alguns estados. Sobre isto ver: Brasil, *Recenseamento Geral 1920*, e Ferrari (1985).

Fonte: Ferraro, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. Educ. Soc., Dez 2002, vol.23, n.81, p.21-47.

Nessa tabela podemos ver que levamos 130 anos, entre 1870 e 2000, para fazer com que o analfabetismo no Brasil caísse de 82% (em 1870) para 13,6% (em 2000) da população. Mesmo assim, no período, em números absolutos da população, o número de analfabetos aumentou, passando de 7.290.293, em 1870, para 16.294.889, em 2000. Estes números, por si só, demonstram o grande desafio que ainda temos de enfrentar, não é mesmo?

Neste mundo agitado em que vivemos e com as muitas ocupações com as quais você professor(a) está envolvido, muitas delas inerentes ao próprio ofício do magistério, sabemos que nem sempre é possível parar e analisar aspectos cotidianos de sua prática e da realidade à sua volta. No entanto, estes aspectos aparentemente insignificantes são muito importantes para sua vida e suas atividades profissionais.

A atividade proposta neste *Abrindo Nossos Horizontes* é, pois, a de você procurar informações com os(as) colegas, as crianças, os pais e mães acerca da História da Instituição em que trabalha. Tente envolver as crianças na atividade e verá que elas adorarão. Quem sabe se com as informações coletadas (na forma de entrevistas, documentos escritos, fotografias etc.) não será possível até montar uma exposição.

TENTAR, INVENTAR, RETOMAR O FIO DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA E IR TECENDO O SEU PRÓPRIO BORDADO!

GLOSSÁRIO

Historicidade: relativo à história das instituições.

Lograr: conseguir, obter.

Maléfico: que faz ou atrai o mal, maligno.

Mensagem catequética: se refere a instrução metódica e oral sobre coisas religiosas.

SUGESTÕES PARA LEITURA

BASTOS, M. H. C. & FARIA Fº, L. M. (orgs.) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

Este livro reúne textos de autores de diversos países (Brasil, Portugal, Argentina e França), que tratam da organização da escolar elementar no século XIX. É uma importante contribuição para se conhecer a História da Escola Primária no mundo.

FÁVERO, Maria de L. Albuquerque. & BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs.) *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC/INEP, 2002, 2ª ed.

Este dicionário traz verbetes bastante detalhados e é uma importante ferramenta de trabalho para todos(as) aqueles(as) que querem conhecer os(as) professores(as) e intelectuais que participaram ativamente da História da Educação no Brasil.

LOPES, E. M.; FARIA Fº, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Principal publicação sobre História da Educação no Brasil, lançado por ocasião da passagem dos 500 anos, este livro é uma obra de referência sobre a história dos diversos níveis de ensino no Brasil, inclusive a educação infantil.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Este é um excelente livro para se compreender a gênese da escola e do processo de escolarização na Europa, sobretudo a partir do final da Idade Média, e suas relações com os Estados Nacionais, as igrejas e o capitalismo.

XAVIER, Maria do Carmo. *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FUMEC, 2004.

Este livro reúne textos dos(as) mais importantes pesquisadores(as) brasileiros(as) sobre o movimento da Escola Nova e contribui para o entendimento das políticas e do pensamento educacionais brasileiros de ontem e de hoje.



